

ENTREVISTA

INTERVIEW

AMPLIANDO OS ESPAÇOS DA UNIVERSIDADE: EXTENSÃO E COMPROMISSO SOCIAL – ENTREVISTA COM HELDER ETERNO DA SILVEIRA

Miriam Grossi¹

Elisete Schwade²

¹Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil

²Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil

HS: Primeiro eu quero agradecer a gentileza do convite, Profa. Elisete e Profa. Miriam, para mim é um prazer enorme poder compartilhar um pouco da minha trajetória.

Minha história se confunde muito com minha trajetória acadêmica. Eu tenho 50 anos, sou professor na Universidade Federal de Uberlândia, mineiro, nasci numa cidade aqui próxima, chamada Campina Verde. Morei na roça dos 05 aos 16 anos de idade. Trabalhei na plantação de café e não tinha muita perspectiva formativa. Quando a gente está na roça, não consegue enxergar muito além da roça, no caso da fazenda, onde eu morava. Eu trabalhava em uma plantação de café, uma vez me entrevistaram, perguntando, como eu me via, quando era menino, no futuro. Imagina só, eu era uma criança e o pé de café era muito maior do que eu. Quando o repórter me perguntou o que eu enxergava quando olhava para a frente, eu olhava e enxergava o café. E meu futuro, meu destino, era o café. E não teria nenhum problema se fosse isso, não estou questionando aqui. Mas o meu universo era muito restrito àquele contexto, aquela situação. Com 16 anos eu me mudei pra cidade, eu andava uma hora pra ir da roça pra escola, uma hora pra voltar. O meu processo de escolarização foi muito complicado, difícil, mas ao mesmo tempo minha mãe sempre me motivou muito. Trabalhei numa farmácia, durante muito tempo, entregando remédio. Uma professora da educação básica pública (sempre estudei em escola pública) me incentivou a fazer faculdade, e por proximidade eu fui fazer química, que eu achava mais próximo de farmácia. Eu achava que teria que fazer farmácia ou estar na roça. Eu não queria o mesmo destino dos meus 07 irmãos. Então eu tive oportunidade de prestar vestibular aqui em Uberlândia, e fiz química, licenciatura em química e bacharel em química. Eu sempre gostei muito da docência e só tive um sonho na vida: meu único sonho era ser professor. Nunca sonhei em ser outra coisa. Mas sonharam para mim outras coisas – sonharam que eu deveria ser médico, sonharam que eu deveria ser juiz...eu nem sabia o que era isso. E só queira ser professor de educação básica. Por



incrível que pareça, quando eu entrei na universidade, os meus professores formadores me desestimularam em fazer licenciatura. Eles achavam que eu era muito bom e isso é muito ruim, eu confesso pra vocês. Eu acabei então encontrando uma professora, Miriam, ela até muito parecida contigo, já faleceu, e uma vez eu perguntei se eu deveria ou não fazer licenciatura, ela me falou que eu deveria rever meus paradigmas. Mas eu não sabia o que era paradigma. E fiquei com vergonha de perguntar pra ela. Daí fui à biblioteca, ler o que era paradigma, não entendi nada naquele momento. Mas, enfim, fiz licenciatura e comecei a atuar na educação básica. Na verdade, eu comecei a atuar na educação básica antes de terminar o curso. Porque eu precisava ajudar minha família. Quando eu vim pra faculdade eu fui beneficiado do restaurante universitário, de bolsas. Eu precisava desses auxílios da Universidade. Não existia naquela época assistência estudantil. O que existia eram algumas bolsas, que eram da própria universidade, e o restaurante universitário. E eu vendia doce também para me manter. Por muito tempo eu fui o único negro do curso de Química. Como eu fui o único pró-reitor de extensão, aliás, o único pró-reitor negro da UFU, o único em todos esses 50 anos da universidade. Você vê que a universidade continua sendo, não é nem conservadora, eu acho que é racista mesmo. Não quero ser indelicado, mas eu acho que é o contexto para isso. Não é possível que não tivéssemos na UFU um negro ou uma negra com competência para assumir cargos de gestão.

Então eu fiz graduação, meu pai faleceu, eu passei a ser arrimo de família, passamos por muitas dificuldades. Foi aí que eu enxerguei a possibilidade de fazer pós-graduação. Consegui passar na especialização, fiz especialização e mestrado em Educação, também na Universidade Federal de Uberlândia. Eu tinha uma orientadora muito boa, muito brava, italiana. E ela dizia que eu tinha que fazer doutorado. Mas eu não queria fazer doutorado, acabei fazendo muito por influência dela e passei na Unicamp. Para mim foi muito difícil, porque era arrimo de família e tinha uma dificuldade enorme de estudar, mas fui para a Unicamp. E lá na Unicamp fiz o meu doutorado, consegui fazer uma parte do doutorado sanduíche em Portugal, na Universidade de Lisboa. Eu defendo que a Filosofia e a História da Ciência são elementos fundamentais para o exercício de qualquer docência.

Então, seja docência em Química, docência em Física, Matemática, Língua Portuguesa, todo docente precisa, como pressuposto principal, estudar as questões filosóficas e epistemológicas da própria ciência, do próprio conhecimento. E muito nessa relação de como o conhecimento é atravessado na sua construção por interferentes econômicos, sociais, ambientais, culturais, que influenciam essas práticas. O que me levou muito a uma percepção de que nós não podemos produzir um conhecimento que seja desvinculado a contextos da própria sociedade. E isso foi sempre me alimentando enquanto agente social. Eu passei num concurso na Universidade Federal de Uberlândia e sou professor dessa universidade

há 24 anos. Em 2007, o ministro Fernando Haddad lançou um programa chamado PIBID. Esse programa era um programa de formação de professores. Em 2008 a Universidade Federal de Uberlândia construiu o seu projeto e a convite da pró-reitora de graduação, eu assumi o PIBID e coordenei um grupo de professores de Física, Química, Biologia e Matemática para estruturar esse programa aqui na nossa instituição. Era um grupo de pessoas, professores, que não tinham formação pedagógica. Eu sou químico de formação, professor de Química, tenho duas formações, bacharel e licenciado em Química. E quando a Pró-Reitoria de Graduação me convida a assumir este programa, eu atuei com professores que não eram da área da docência. Eu condicionei que nós só podíamos discutir um projeto de formação de professores se essas pessoas estudassem. E aí nós trabalhamos com pesquisadores da área específica da química, física, biologia e matemática. Eles eram muito mais velhos do que eu, muito mais experientes do que eu. E eu peguei todos eles e falei, “olha, vocês estão dispostos a estudar? Vocês estão dispostos a ler artigos no campo pedagógico? Eles aceitaram. Não sei se foi meu poder de convencimento, ou se a minha chatice, ou a autoridade de estar ali à frente do programa, pela pró-reitoria. Eles acabaram estudando comigo um ano. E isso foi muito interessante quando a gente pensou num projeto que fosse extremamente integrado e pensasse a docência. Eu quero aqui lembrar meu exercício profissional na educação básica por muito tempo. Eu fiz isso por 10 anos, e só sai quando eu entro na universidade como professor universitário com dedicação exclusiva.

Então, nós conseguimos esse projeto que foi aprovado na CAPES. Em 2008 foi o maior projeto aprovado no Brasil. E aí eu fiquei 2009, 2010, 2011, coordenando o PIBID. Depois eu coordenei o pró-docência, licenciatura internacional e passei a ser chamado na CAPES para discutir sobre esses programas. Até que em 2011, o ministro, na época o Fernando Haddad, que queria que a gente reorganizasse o programa em âmbito nacional, e que essa organização fosse a partir de alguém das universidades, me convida para assumir a política nacional de formação de professores do país, no lugar da professora Helena Freitas, que é da Unicamp, que estava lá e voltou para a Unicamp.

Em 2011, vou para Brasília, e num grande desafio, um desafio que para mim era extremamente novo. Foi para mim um outro doutorado. Eu fiquei de 2011 ao final de 2015, início de 2016, antes do golpe contra a presidenta Dilma. Fiquei em Brasília trabalhando na política nacional de formação de professores; a gente construiu um conjunto de ações: tanto ações voltadas à internacionalização, à extensão, programas de extensão universitária, programas de pesquisa, pós-graduação, mestrado, doutorado, pós-doutorado, ligado à educação, observatório de educação, observatório de educação escolar indígena, PIBID, PIBID diversidade, pró-docência, novos talentos. Era toda a internacionalização de professores de educação básica que passou ali por minha mão. Ajudei na construção do Ciência Sem

Fronteiras, e o espelho dele que a gente estava construindo, o Escola Sem Fronteiras. A gente chegou a mandar cerca de quase 4 mil professores da educação básica para fora do país, como um grande programa nacional. Mas no seu lançamento, em 2014, iniciamos uma crise orçamentária no Brasil. Em 2015 e esses programas foram descontinuados.

Na época, o ministro Fernando Haddad já tinha se desligado do Ministério da Educação, para concorrer à eleição para prefeito de São Paulo. Mas ainda assim a gente conseguiu construir um conjunto de programas com os outros ministros. Aí passei pelo ministro Paim, pelo ministro Mercadante, pelo ministro Cid Gomes, que foi um relâmpago, não sei se vocês lembram disso. Foi um mês que ele chamou os congressistas de ladrão, um termo mais popular, e isso gerou uma crise. Depois o ministro Renato Janine e eu saímos junto no final de 2015, início de 2016. Quando eu retornei para Uberlândia, eu me envolvi a pedido do então candidato a reitor, do professor Walder, na campanha eleitoral dele, e fui convidado, quando ele teve êxito na sua campanha, a assumir a pró-reitoria de extensão e cultura da universidade.

Assumi essa pró-reitoria em 2017 e fiquei na pró-reitoria até há poucos meses atrás, quando eu saí da pró-reitoria para concorrer a reitor da universidade. E tivemos êxito no primeiro turno, no segundo turno ficamos com uma diferença de um ponto e meio abaixo, mas num processo extremamente questionável, que foi parar na justiça e foi judicializado, está com uma série de problemas aqui internos e que a gente ainda não sabe quais serão os dobramentos.

Quando assumi a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, demorou muito para eu querer mexer com qualquer outra coisa que não fosse interno. Porque nós tínhamos alguns problemas sérios no âmbito da instituição do ponto de vista da compreensão do que é a extensão, da lógica de funcionamento da universidade, dessa relação da universidade com a sociedade, e o meu trabalho foi muito de levar a universidade a se entender sociedade. Porque eu sempre critiquei a lógica de que nós temos que fazer com que a universidade se aproxime da sociedade.

Para mim isso é um grande engodo, esconde uma narrativa de não reconhecimento do que nós somos. Nós somos sociedade. Nós não temos que nos aproximar de uma coisa que nós somos. Nós temos que nos reconhecer como sociedade. E se a gente não se reconhece como sociedade, dificilmente a gente consegue atuar junto com outros setores da sociedade, outros agentes, com outras personalidades. Foi um trabalho muito grande. E a Universidade Federal de Uberlândia é uma universidade muito conservadora.

Existem dois grupos muito bem consolidados: um grupo mais de direita, um grupo mais à esquerda, e eles ficam se revezando. Então, conservadora nesse sentido. E conservadora quando nós falamos da relação dela mesma com outros setores da sociedade. Com os movimentos

sociais, com as entidades representativas do mercado, com empresas, com a indústria, mas também com a comunidade mais vulnerável.

Até para pensar uma universidade que seja dialógica, que seja aberta, que seja interativa e que pense situações e questões que de fato sejam do interesse do público em geral, não só do interesse da própria instituição. A última ida minha na UFSC foi no momento em que vocês estavam fazendo o movimento de greve. E eu me lembro que nós estávamos com todos os pró-reitores de extensão do Brasil no auditório do Centro de Convenções, e o movimento de greve naquele dia entrou lá no auditório. E aí o pessoal ficou assustado, não deixou entrar, não deixou entrar. Falei assim, “não só vão entrar como vão ter fala. E no tempo que quiserem”, entreguei o microfone e rapidamente me coloquei partidário às causas que estavam sendo ali discutidas, porque se a gente não consegue conversar com os nossos colegas, dificilmente a gente vai conseguir conversar com outros setores da sociedade. Como é que eu converso com alguém que é uma marisqueira? Se eu não consigo conversar com um colega meu de sala, de universidade, um aluno. Como é que nós conversamos com alguém que supostamente tem menos conhecimento do que a gente e acha que o nosso conhecimento é único, é inabalável.

Eu acho que a universidade tem que romper essas lógicas que a colocam como um centro do poder do conhecimento. Porque esse poder do conhecimento, em alguma medida acaba causando um desfavor para a sociedade. A gente achar que tudo o que nós sabemos é suficiente para o desenvolvimento social... ou que nós trazemos o bastão das respostas para a sociedade, talvez mais nos afasta e nos isola do que nos ajuda a pensar uma sociedade que seja mais justa, mais equilibrada e que promova consciência social, que é algo que a gente tem que pensar e trabalhar no âmbito das nossas instituições.

O fato é que, nessa trajetória, presidi por dois anos o Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras, o FORPROEX, e também ordenei o Colégio de Pró-reitores de Extensão das universidades federais da Andifes. Fui coordenador de um e presidente no outro. Nós fomos trazendo um conjunto de reflexões sobre qual é a nossa função? Qual é a função do conhecimento? Qual é a função da ciência? Construímos programas importantes e participamos da construção ou da reformulação do PNPGE. Uma pauta que eu batia muito na CAPES, quando eu estava na CAPES... e também foi uma pauta que eu sempre bati, é que a extensão não é uma dimensão constitucional específica para a graduação, mas ela tem que ter uma natureza que constitui o próprio sentido da pesquisa e que constitui o próprio sentido do ensino. Porque, caso contrário, a gente tende a trazer os nossos estudantes para um universo cujas matrizes teórico-metodológicas sejam muito bem pensadas, estruturadas, organizadas, mas pouco ativas ou atentas àquilo que outras pessoas da nossa sociedade vivem. E isso faz e pode fazer com

que a necessidade vá se distanciando e comece a criar o discurso de que temos que nos aproximar.

Eu não sei em que momento alguém falou que a gente tem que se aproximar da sociedade. Porque quando se diz isso, se reconhece que a gente não está nessa sociedade, não é? Como se fôssemos um ente superior, de conhecimento superior. Então, são concepções que eu tenho, muito fortes, que vieram da minha formação. Uma formação que passa da Química para a Educação, com uma forte vertente no campo da Filosofia, da História e da Sociologia, e que vai mesclando esses conhecimentos como um arcabouço principal da minha própria episteme, da minha própria forma de ver o mundo, de interagir com o mundo.

Sem dúvida alguma, quando eu me debruço e penso a relação da universidade com outros setores da sociedade, eu também faço isso na altura da minha própria vida. Da minha experiência de ter vivido numa roça, da minha experiência de ter trabalhado na plantação de café, da minha experiência de ter trabalhado entregando remédios, na minha experiência de dialogar com as pessoas da sociedade, de outros setores. E isso faz com que a minha pesquisa seja um trabalho devotado para uma perspectiva que traz a comunidade, o sentido comunitário, para tudo que eu faço.

Então, a minha pesquisa acontece na sala de aula, na educação básica, junto com o movimento social. Eu tenho hoje algumas pesquisas ligadas à beleza negra, sendo referência da Química, inclusive a química da beleza negra. A gente trabalha com mulheres negras para dar formação de trancistas para elas, ao mesmo tempo pensando no impacto de substâncias químicas naquilo que foi padronizado, ao longo dos tempos, como uma beleza feminina que tem que acontecer com cabelo liso, ainda que a mulher negra ou que a mulher tenha o cabelo pardo, o cabelo crespo. Essa ditadura da beleza que faz com que as mulheres se submetam a uma lógica que mais maltrata, que mais penaliza do que liberta. Temos um trabalho nacional com pessoas do Paraná, do Maranhão, de Salvador e da África. Discutimos a beleza, a constituição da beleza negra feminina, mas a partir do reconhecimento do seu cabelo e da constituição desse cabelo e, ao mesmo tempo, dos ataques químicos que esse cabelo sofre. E isso é feito por colegas do campo das ciências sociais, com mulheres que são trancistas. Esse curso é dado por mim, por mulheres trancistas, por colegas africanos, que trabalham em módulos que discutem o tratamento do cabelo, a hidratação do cabelo por meio de plantas que são oriundas da África, como que eles fazem os processos de maceração e de hidratação, mantendo aquela beleza, mas sem pensar no alisamento. Mas valorizando essa beleza. Este também é um padrão de beleza. Não existe um padrão único de beleza. E esta é uma beleza que o mundo tem que olhar, tem que valorizar. É interessante que esse é um trabalho que eu mais gosto de fazer, porque é uma pesquisa interfaceada à extensão, em que a gente também vai acompanhando, à medida que essas mulheres vão ressignificando

o olhar para si mesmo e para a sua própria beleza, como elas também se repositionam no mundo. E como se repositionando no mundo, elas desenvolvem outras aprendizagens, como a aprendizagem de trancista.

MG: Quer dizer, para ti a extensão é algo ligado à pesquisa e vice-versa? Se eu entendi bem, entendes tua perspectiva teórica, política, a partir da tua trajetória. Tu tens uma definição mais teórica de como é que você localiza essa articulação de pesquisa e extensão? Porque nas universidades, no Brasil, em geral, é muito separado, pesquisa é uma coisa e extensão é outra.

HS: Bem, isso vai um pouco da minha compreensão do que é a própria ciência, o próprio conhecimento. No meu doutorado eu fui tentando localizar como que esse conhecimento e essa ciência são construídos a partir dos múltiplos interferentes sociais, econômicos, políticos, culturais. E se eu reconheço que o conhecimento é produzido a partir desses interferentes, não tem como produzir qualquer conhecimento que seja sem considerar tais interferentes, que são de natureza extensionista. Porque a extensão não é uma ação que se separa da própria pesquisa, ela está no âmbito do conhecimento que é produzido, porque é aquilo que vai mostrando a complexidade do conhecimento. Então, se eu vou produzir um conhecimento sobre uma determinada planta, pegando uma questão aleatória aqui, né? Porque eu olhei ali para fora e vi a minha planta, e eu acabei puxando-a como referência. Se eu vou produzir qualquer conhecimento sobre aquela planta, esse conhecimento, ainda que eu possa criar modelos, apresentações, ideias sobre esta planta. Que está no campo do fenômeno, no campo macroscópico, mas essa planta não existe fora desse cenário. Ainda que eu a submeta a um processo de experimentação, mas eu tenho que considerar isso como uma característica de produção de conhecimento para além de separá-la do seu próprio universo que constitui. Então, não pode existir um conhecimento que é produzido fora desse universo que o constitui. Aí tem alguns autores, como um que eu gosto muito, da Nova Zelândia, chamado Mettels. E ele trabalha muito com isso. E também tem um outro autor que é um físico, chamado Thomas Kuhn. Ele produziu um livro que eu gosto muito, *A Estrutura das Revoluções Científicas*. Como que a ciência vai se movimentando ao longo do tempo? E o que esses interferentes fazem com que essa ciência? Nunca uma ciência pura. E essa tentativa de purificar a ciência é talvez uma tentativa de tirá-la do seu contexto ou das influências sociais e econômicas, políticas e culturais. E essas influências têm que ser entendidas também na relação com as pessoas. Porque não existe política sem pessoas. Não existe cultura sem pessoas. Não existe conhecimento sem pessoas. Então, se isso acontece quando nós pensamos na produção do conhecimento, o próprio conhecimento, a própria ciência em si, é por si investigativa.

Quando a gente pensa na sua produção, essa investigação se dá no contexto social. E se se dá no contexto social, ela é também extensionista.

Não pode existir um conhecimento que não seja extensionista. Óbvio que a gente está falando da extensão na sua natureza constitutiva do conhecimento. Mas eu também tenho que pensar em extensão como elemento que leva à educação popular. Porque à medida que nós produzimos um conhecimento, e esse conhecimento fica restrito a um grupo de pessoas, nós elitizamos esse conhecimento. E elitizar um conhecimento não é produzir um conhecimento social, é produzir um conhecimento para um público muito específico. Então, a defesa que eu sempre fiz foi que o conhecimento tem que ser produzido e pensado a partir do lugar de onde nós tiramos aquela questão, aquela pergunta, e provocando novos e outros conhecimentos que gerem melhoramento, compreensões, sentidos para outras pessoas que estão ali próximas àquele objeto, ou àquele fenômeno, ou àquele situação de estudo que nós queremos.

O que significa que não pode, de fato, existir a pesquisa sem extensão. O que significa que, ainda que eu não atue no processo de educação popular – que é um elemento extensionista – a natureza da pesquisa sempre será extensionista. E o dia que a natureza da pesquisa não for extensionista, é porque nós estamos estudando *sexo de anjos*. Podemos estudar *sexo de anjos*, mas vai ter que encontrar um lugar nesse mundo, um lugar nas compreensões, um lugar na racionalidade das pessoas. E se ele não encontra um lugar na racionalidade, só vai ser uma fruição, muito mais uma vaidade científica. E essa vaidade científica, quando a gente olha no mundo, que foi transformado científica, tecnológica e culturalmente, ela não ajuda o mundo a se desenvolver. Vamos pensar no que aconteceu com o Rio Grande do Sul e também com Santa Catarina, com essas últimas enchentes que aconteceram. Será que nós podemos pensar um conhecimento que esteja tão restrito a um grupo seletivo de pessoas que não ajude o mundo a resolver as suas próprias questões? Porque se ele não ajuda a resolver as suas próprias questões, o conhecimento, ele vai perdendo valor. O conhecimento só tem valor social se ele for valorizado do ponto de vista extensionista. Porque a extensão não é uma ação, como as pessoas acham. A extensão é uma natureza. Como a pesquisa, não é uma ação. A pesquisa é uma natureza. É a natureza que provoca a construção e constituição de um conhecimento. E essa natureza não se dá isolada do lugar de onde você extrai a pergunta. Então, ela precisa ser extensionista. Agora, essa natureza extensionista, ela tem um potencial de se extrapolar à medida que também ela gera educação popular. Ela gera um conhecimento que ultrapassa os limites daquele que o produz, daquela que o produziu. E que vai ao encontro de outras pessoas. Eu não sei se estou me fazendo entender, se estou ficando prolixo, mas é para defender que a extensão, ela é mais do que uma ação. Como algumas pessoas falam, ensino, pesquisa, extensão, constituição... tal, tal, tal. Ela é

uma natureza do próprio conhecimento. E se ela é a natureza do próprio conhecimento, a natureza é aquilo que dá identidade, não pode existir conhecimento se ele não for, por si, extensionista.

ES: Professor Helder, eu estive presente e etnografei o Fórum de Pró-Reitores na UFSC. E durante o fórum foi mencionado, em diferentes momentos, como articular essa concepção de extensão com propostas de inovação, por exemplo. Que tem outros atravessamentos que vão além dessa relação mais conceitual, digamos assim. Mesmo nas dinâmicas internas da universidade, onde ainda se divide muito o que é pesquisa e o que é extensão, do ponto de vista organizacional. E por outro lado, aí o outro desafio que é a inserção no ensino, que é a chamada curricularização da extensão. Então, como são três dimensões, como é que elas estariam se articulando a partir da sua experiência no FORPROEX? Quais seriam os principais desafios?

HS: Primeiro, eu vejo com muita preocupação essa ideia da inovação. Eu acho que a gente vai escolhendo alguns termos no campo da educação, no campo das ciências, no campo das humanidades, enfim. E a gente elege aqueles termos e eles entram na moda. Eu me lembro que teve uma época que se usava demais a palavra dialética. Em tudo tinha a dialética disso, a dialética daquilo. Vamos adotando alguns termos, alguns conceitos. O último conceito, um dos últimos conceitos que foram adotados, foi o conceito de inovação. Não é um conceito novo, ele está muito atrelado ao campo tecnológico, de produção tecnológica e que, de repente, se expande a partir da lei de inovação, que é a lei de 2016, 2004, depois de 2016, que vai reforçar que é necessário produzir algo, a ideia de um produto físico. Esse produto físico, inicialmente, era o produto relativo à própria inovação e depois metodologias, estratégias, que também foram entendidas como inovação. Mas a inovação acaba sendo um termo que vem muito do campo das tecnologias, do campo da empresa e que vai sendo absorvido para dentro da universidade como sendo quase uma exigência nossa, daquilo que nós temos que fazer. E eu já escutei algumas pessoas dizendo que a universidade deveria fazer ensino, pesquisa, extensão e inovação. Critico fortemente essa posição, porque a inovação, ela não é constitutiva, ela não é da natureza do conhecimento. Eu acho que todo conhecimento, não necessariamente ele tem essa característica de inovação, como se concebe inovação. Ainda que esse conhecimento seja inovador para quem o produz. Mas essa ideia de que a inovação, ela é a própria natureza do conhecimento, porque a extensão é a própria natureza do conhecimento na relação de um conhecimento que não pode estar alijado ao processo social. A pesquisa é da própria natureza do conhecimento, uma vez que vai estabelecer modos operacionais de produção desse conhecimento dentro do contexto social. O ensino faz parte desse conhecimento uma vez que ele diz da responsabilidade social de quem produz aquele conhecimento do

âmbito social para que ele não fique ensimesmado por algumas pessoas. Então, isso diz da natureza da própria ciência. A inovação não. Então, essas tentativas da inovação como sendo uma dimensão constitucional causam bastante preocupação.

Quando nós pensamos no artigo 17 da Constituição, de ensino, pesquisa, extensão e sociabilidade, o nosso maior desafio, talvez, as nossas instituições é que, da mesma forma que o conhecimento vai sendo, no século XVIII, mas sobretudo no século XIX, disciplinarizado e separado. O século XX foi determinante para a separação ou para aquilo que Umberto Eco falava da hiperespecialização do conhecimento. Hoje o conhecimento está tão especializado que tem o médico da mão esquerda, você vai no médico e o seu problema é da mão esquerda e é só o médico da mão direita que pode te atender. Você vai trabalhar com o dedo e ele é só médico do outro dedo. Então, essa hiperespecialização gera a irresponsabilização do cientista dos feitos da própria ciência. Isso foi muito forte no século XX, entendendo que também foi um século em que a ciência precisava se eximir de responsabilidades. Porque ela foi a grande máquina da guerra, das duas guerras, do holocausto, das grandes guerras que nós tivemos ou das grandes crises que nós tivemos. A discussão ética da ciência é que faz com que esta mesma ciência, no final da década de 60, da década de 70, comece a ser pensada a partir de um projeto de conhecimento que seja interpessoal e interdisciplinar. E essa discussão vem também numa tentativa de se contrapor a processos históricos e políticos que visavam fragmentar a sociedade em castas.

Então, é preciso pensar na ciência para todas as pessoas. E é preciso pensar uma ciência que dialogue entre si. Nesse sentido, quando se traz como uma grande inovação na Constituição de 1988, a extensão como elemento da natureza do próprio conhecimento científico, e a universidade, como sendo uma das grandes responsáveis por produzir essa ciência que se dá pela estratégia de ensinar, de pesquisar, de fazer extensão, ela provoca algo que, para mim, é muito forte. Isto é indissociável. Não há separação. E aí a universidade não consegue pensar isso porque nós vivemos num mundo compartimentalizado e dividido e as áreas são muito separadas. A gente não consegue pensar num currículo que se comunique entre si. São poucas universidades no Brasil que fazem isso como por exemplo da Federal da UFABC. São poucas universidades que pensam ou que têm tentado pensar uma lógica de formação que não se dê somente dentro da área de conhecimento, mas que tente conter isso e tem uma formação geral. A USP Leste nasce também com essa finalidade. Para que a gente consiga pensar o conhecimento para além de áreas muito específicas, muito compartimentalizadas, mas a própria ciência na sua natureza, a despeito de ter uma base indissociável, ela acaba no âmbito da universidade encontrando um lugar propício para a separação. Daí a gente separa em pró-reitorias: ensino, pesquisa, extensão. Essas pró-reitorias por vezes não comunicam, não dialogam. E a pesquisa tem um lugar de acontecer, de

ser financiada. A CAPES, o CNPq financiando a pesquisa. Você não vê lugar nenhum financiando a extensão. Como se a extensão fosse diferente, como se a CAPES não fizesse extensão. Isso foi o que eu consegui mostrar para a presidente da CAPES, a professora Mercedes Bustamante: que tudo que elas produzem enquanto conhecimento científico, induzem enquanto conhecimento científico, é um conhecimento também extensionista. Logo, aquilo que nós fazemos na CAPES, quando financiamos a ciência ou no CNPq, estamos também financiando a extensão.

MG: Só nesse tópico aí, que eu acho que é uma coisa muito importante que tu tá colocando, dessa contradição entre, digamos, a introdução da indissociabilidade em ensino, pesquisa e extensão na constituição de 1988. Isso se dá no mesmo momento onde as universidades começam a se institucionalizar, onde a pós-graduação e a pesquisa passam a ser uma prioridade importante. Parece que há uma certa contradição mesmo no interior do MEC, onde tu trabalhastes, que não se tenha uma agência específica para extensão como se tem para pesquisa e a formação de pós-graduação, que muito articulada. Por tua experiência lá no MEC, pergunto se já houve alguma tentativa de se criar esse lugar? Eu lembro, por exemplo, nos governos Lula 1 e 2, dos quais tu participasse e já com o Dilma, havia aquele programa, o que se chamado PROEXT, que era um programa de extensão. Nós participamos em muitos projetos específicos para isso. Acho que ele foi um período de ouro, no financiamento da extensão. A impressão que eu tenho é que foi uma política naquele momento, mas que não se tornou uma política de Estado, como são as agências CAPES e CNPq. Qual é a sua avaliação disso? Tu achas que teria que se criar uma CAPES da extensão? Como seria esse financiamento? E claro, a gente sabe que ciência é dinheiro, que ensino, que formação exige recursos. Como é que tu vê de onde sairia esse recurso? E que tipo de luta tu imaginas como a luta que a gente tem que fazer para existir esse recurso?

HS: Eu faço uma crítica à própria existência e compreensão da CAPES, do CNPq e das fundações. Eu estive com o presidente da FAPESP há pouco tempo, e ele fez uma avaliação de que a FAPESP não tem extensão, porque ela é uma fundação de apoio à pesquisa. Eu fui fazer uma discussão com ele, que talvez a FAPESP não poderia ser uma FAPESP, que não deveria existir fundação de apoio à pesquisa, que as fundações deveriam ser fundações de apoio à ciência. Porque a ciência é completa, a ciência é completa no ensino, na pesquisa e na extensão. Então, a CAPES não é uma agência de fomento da pesquisa, ela é uma agência de formação de pessoas. Por isso que é uma coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior. Por isso que a CAPES é, por si, também a própria agência da extensão. E deveria ser e tem que ser. Foi assim que eu convenci a Mercedes que ela deveria criar o PROEXT PG, uma vez que a CAPES tem trabalhado mais com a pós-graduação. Mas que talvez

a própria CAPES deveria ter grandes programas de extensão. Então, eu não sou favorável à criação de uma agência específica para extensão. Eu sou favorável de que as agências voltem ou compreendam a sua própria natureza. E a sua natureza é de fomento à ciência. E que aquilo que nós chamamos de pesquisa não é sinônimo de ciência. Pesquisa é estratégia de construção de ciência. E na própria pesquisa também está a extensão, porque elas são indissociáveis. Então, não pode existir uma agência. Se eu corroborasse com a criação de uma agência para o ensino, uma agência para a pesquisa, uma agência para a extensão, eu estaria no contrário à própria Constituição, que vai falar da indissociabilidade. Então, o que a gente tem que encontrar é qual o lugar da indissociabilidade no CNPq? Qual o lugar da indissociabilidade nas universidades? Vou fazer essa defesa que os editais de pesquisa deveriam ser sempre editais de pesquisa, valorizando o ensino e valorizando a extensão. Os editais de extensão valorizando pesquisa e ensino. E daí por diante. Porque a grande questão é que nós não sabemos trabalhar de forma indissociável, que consiga entender em que momento essa pesquisa, ela nasce, no lugar, e como é que essa pesquisa alimenta a formação das pessoas e como essas pesquisas empoderam outras pessoas. Vou usar um exemplo de pesquisas no campo da educação. Muitas vezes, somos acusados de ir para as escolas, quando faz uma pesquisa etnográfica, em que vai lá, senta, acompanha, entrevista professores, acompanha a metodologia e a dinâmica pedagógica da escola, e vai embora da escola, produz um conhecimento sobre a escola, esquece que a escola, ela não é um objeto. Ela não pode ser manipulada. E não volta para a escola, não dialoga com a escola. E as escolas começaram a fechar as portas para a universidade. Óbvio que vai fechar, porque elas vão sendo alvo das pesquisas e não participantes das pesquisas. Ser alvo da pesquisa é quando exclui a extensão. Ser participante da pesquisa inclui a extensão, como essa natureza que eu havia defendido anteriormente. O que eu quero dizer aqui é que não pode existir a separação da pesquisa com a extensão. E que CAPES é uma fundação que atua com produção de pesquisa interfaceada com a extensão e com o ensino e a mesma coisa o CNPq. E o que eu falava para o presidente da FAPESP e já falei para vários outros presidentes de fundação, é que talvez a gente deveria ter fundação de apoio à ciência. E essa ciência sempre induzindo que atuasse em diálogo também com outros setores, com a comunidade, pensando. Aí sim pode pensar em inovação, porque inovação, é uma característica da própria extensão. É uma dimensão da própria extensão. Quando ele fala de inovação, de propriedade intelectual, de transferência de tecnologia, isso tudo diz da própria extensão. E por isso que não dá para eu falar da inovação como sendo um novo elemento, porque senão a gente também está descaracterizando a extensão. A extensão, por muitas vezes, foi vista como um movimento da universidade em direção a grupos vulneráveis. E isso gera um problema. Vou fazer uma analogia muito rápida aqui. A escola pública, por muito tempo, foi a escola de referência dos nossos pais, dos

nossos avós. Quando a escola passa por um processo de democratização, de popularização, em que a população entra dentro da escola, passa a ser acusada de empobrecimento pedagógico. E hoje se ataca a escola pública. Eu fico pensando o quão cruéis são esses discursos e essas narrativas, porque parece que com a entrada do pobre na escola, a escola se empobreceu. Ou que a pedagogia se empobreceu. Isso é cruel, porque nós estamos atrelando pobreza pedagógica à pobreza social. São duas coisas que não têm nada a ver. E quando nós olhamos para a extensão, a extensão por muito tempo sempre teve forte inclinação com os movimentos sociais. Porque ela também nasce atreladas aos movimentos sociais, a grupos vulneráveis. E a universidade, no seu elitismo, muitas vezes não quer ver grupos vulneráveis, ou não quer ver o pobre dentro dela. É como se nós empobrecêssemos o conhecimento científico quando o pobre entra dentro da universidade. No ano retrasado, eu tive que responder ao Ministério Federal sobre uma atividade que nós fazemos de incubação de agricultores familiares e muitos são de movimento sem terra, são de diferentes movimentos sociais que foram para a universidade. Foram apresentar os seus trabalhos, os seus resultados

ES: Já que você está falando nessa proposta, eu queria te perguntar uma coisa sobre isso, que me chamou muita atenção no FORPROEX. Me pareceu que estavam presentes pró-reitores de universidades mais afastadas dos grandes centros. E tem esse processo todo da interiorização, no campo da antropologia, por exemplo, a interiorização das universidades federais e também dos institutos federais, trouxe resultados muito importantes nessa relação da extensão com a pesquisa. Então, eu queria ouvir um pouco mais sobre essa relação, porque você também citou universidades como a UFABC, que é a Universidade Federal. E eu lembro no FORPROEX de uma presença muito significativa do Sul da Bahia também, de universidades do Sul da Bahia. Então, eu fiquei observando esses projetos e eu queria ouvir um pouco mais sobre essa relação da extensão com a interiorização, por um lado, e por outro também com se deu a mudança interna das universidades, mesmo das universidades que se situam nas capitais, em razão de políticas públicas como cotas e outras que foram adotadas nos últimos anos.

HS: É interessante essa observação que você faz, porque isso está na origem da própria universidade. Quando a gente olha a UFSC, ou mesmo a USP, ou a Federal do Paraná, são instituições muito grandes, e elas nascem muito atreladas a uma lógica de funcionamento da própria universidade, e às vezes distante um pouco do contexto dessa própria universidade. A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, a Universidade Federal, de Uberaba, do Triângulo Mineiro que está aqui em Uberaba, Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri ou mesmo Fronteira Sul, são instituições que nascem muito ligadas a outras instituições, algumas ligadas

a instituições confessionais. Na década de 60, em 1968, com a reforma universitária, a ditadura começou a buscar as regiões geoeeducacionais, identificando lugares que eles poderiam pegar e constituir universidades. Foram constituídas algumas universidades, mas ainda mudam os polos, mudam os centros e nas cidades maiores. O governo Lula, com o Reuni, faz uma expansão das universidades, mas pensando em universidades mais do interior. Os institutos federais também nascem tentando gerar essa interiorização. Então, a universidade ou o instituto acaba nascendo no seio da comunidade, com uma relação muito forte com a comunidade. E as comunidades também. Quando nós pegamos a PUC, quando nós pegamos algumas universidades do Sul que são comunitárias, elas nascem muito vocacionadas a processos de transformação social. É como se elas reconhecessem melhor a extensão. Vou usar um exemplo, a USP, Universidade centenária, criada em 1934, (ela ainda não tem 100 anos), mas é uma universidade que vem aí com uma tradição muito grande. E ela vem com a tradição dos grandes pesquisadores que migraram para o Brasil fugindo de conflitos mundiais do século XX. A USP é a universidade hoje que menos tem ações de extensão. Ela é a universidade que tem mais orçamento para extensão no Brasil, mas a gente tem que olhar o orçamento dela na proporcionalidade do orçamento total. Então, em volume único é a maior: tem 25 milhões que eles colocam na extensão, mas o orçamento da USP é de 7 bilhões de reais, então isso representa muito pouco, quase nada quando nós falamos do tamanho da USP.

Então as instituições que estão em grandes centros, acabam sendo instituições que se devotaram mais à natureza da pesquisa, desvinculando por vez da relação da educação popular. As universidades que nascem no interior, são capilarizadas pelos seus campi. Eu vejo aqui em Uberlândia, são sete campi fora da cidade de Uberlândia e quatro em cidades menores. Neles a relação com a comunidade é muito forte, pois é um pedaço da própria comunidade. As pessoas que estão lá, são da comunidade.

Existe um apelo social para a educação popular muito grande. A interiorização e essa capitalização ajuda a extensão por conta da proximidade que a universidade tem, da própria comunidade que a cerca. E quando você pensa na UFSC, que está lá em Trindade e que é uma universidade maior, se eu penso lá na Federal do Rio Grande do Norte, que também é uma universidade bem maior, nelas a relação com a sociedade acaba sendo menor, porque a sociedade não entende aquele lugar como dela, diferentemente do que acontece quando você fala do Recôncavo da Bahia, que geralmente os prédios onde as universidades estão, eram, foram prédios que foram utilizados para outras finalidades...

ES: Escolas.

HS: Como centros comunitários, como escolas...

ES: Muito interessante.

HS: Ou seja, eram prédios, estruturas, reconhecidas por aquela comunidade. Então, a comunidade tem mais facilidade de transitar por lá e as próprias pessoas também que atuam nessas universidades tem mais facilidade de reconhecer-se comunidade por conta da proximidade. A USP, se nós pegarmos os números, as universidades menores e mais interiorizadas são as que mais produzem extensão.

ES: Interessante.

HS: Em proporção, né? Não em números brutos.

ES: É interessante, porque essa relação com a educação popular, por exemplo, me leva a uma outra questão. Quais são os desafios de ampliar essas atividades de extensão, então, para todas as áreas de conhecimento? Porque nós sabemos que referências como educação popular, atuação com comunidade, elas estão mais vinculadas a uma prática que envolve as ciências humanas, sociais, algumas áreas da saúde, da educação, mas que, por exemplo, ainda estão bastante distantes, me parece, nas universidades mais localizadas em capitais. As que você estava mencionando agora, por exemplo, das áreas de exatas. E eu acompanhei, nesse processo de pesquisa, muita discussão sobre a diferença entre extensão e prestação de serviço. Esse desafio é interessante de se pensar. Uma vez que você está trazendo uma concepção de extensão muito vinculada a essa ideia de comunidade, de educação popular, e ainda não se conseguiu introduzir conhecimentos relacionados às questões de humanas, como direitos humanos e outros, em todos os cursos das universidades. Por mais que isso esteja escrito nos documentos do MEC, isso ainda não aparece. Não tem em todos os currículos, essa formação mais voltada para as questões trariam uma certa sensibilidade para essa importância.

HS: Assim, são muitos desafios. Primeiro desafio é entender que a ciência tem uma natureza que se dá na indissociabilidade. Eu acho que esse desafio cognitivo, de compreensão, de sentidos, ele é gigantesco. Porque a nossa formação é muito tradicional. E aí, a responsabilidade é da pós-graduação. A pós-graduação tem formado o professor na sua inteireza. Por isso que eu defendo que na pós-graduação tem a extensão como um elemento formativo. Um elemento formativo que contribui para a formação do agente universitário, do docente universitário. Um outro ponto. Os nossos concursos precisam assumir, de forma muito corajosa, que a contratação dos professores precisa se dar por um projeto de ciência e não um projeto de pesquisa. Esse projeto de ciência é um projeto de ensino, pesquisa e extensão. Porque às vezes a gente abre um concurso, pede um projeto de pesquisa, dá aula didática e parece que

está valendo. E esquece que a pessoa faz ensino, pesquisa e extensão. Outra questão é o financiamento da ciência considerando a extensão como elemento constitutivo dela mesma. Caso contrário, a gente acaba fazendo um financiamento muito restrito à produção de conhecimento sem localizar esse conhecimento no contexto social e sem promover a interface desse conhecimento no contexto social. E quando nós pensamos no âmbito do currículo, aí também é um outro grande desafio, porque não seria necessário a indução da extensão na forma de uma atividade curricularizada. O ideal, gente, seria que a gente não precisasse disso. Mas se não houver indução, dificilmente vai haver ação. E a indução acaba sendo o elemento necessário para que as pessoas comecem a pensar a extensão. Quando faz essa indução, vai ter que lembrar que as diferentes áreas do conhecimento se relacionam com a sociedade de forma diferente. E, o Brasil adotou concepções de extensão com duas inclinações: a inclinação estadunidense e a inclinação europeia. A inclinação europeia da educação popular e formação de classes e a inclinação estadunidense que é a de prestação de serviço. E nossos colegas das ditas áreas tecnológicas, das exatas, são aqueles que tendem a enxergar a extensão mais na lógica do serviço que é prestado para a sociedade. E como se esse serviço precisasse obrigatoriamente ser remunerado, o que para nós fere e pode ferir, em alguma medida, o contexto da gratuidade do ensino superior. Tem que olhar situação por situação, contexto por contexto. Mas a prestação de serviço não pode ser a única via de atuação da extensão. Por isso, quando o Fórum discutiu as diretrizes em 2017, o debate era sempre “é necessário fazer uma discussão que considere toda a diversificação de práticas extensionistas para a gente não destruir ninguém”. Se tem apenas uma extensão vocacionada ao processo de educação popular, sem que isso passe pelos aspectos ambientais, tecnológicos, de produção, do conhecimento, talvez vai perder um nicho importante de pessoas, se pensar a extensão atrelada ao processo de educação popular dentro das áreas das engenharias, por exemplo. Porque as áreas da saúde, elas já têm isso muito na sua essência, quando você fala de saúde coletiva, de saúde da família. Mas nas áreas das engenharias, não. A engenharia, ela é muito voltada para si. E aí esquece que a engenharia tem relações diretas com o ambiente, com a responsabilidade com a utilização dos recursos naturais, e que isso tem implicações sociais, como descarte daquilo que eles produzem, que temos que fazer com que a formação do engenheiro ou dessas áreas, ela se dê também numa abordagem para além do conhecimento técnico, mas uma abordagem que seja também social. Aí teve uma resolução que eu ajudei a fazer a discussão, que é a resolução 2 de 2019 de reformulação das engenharias, que o tempo todo vai falar de um engenheiro que tem preocupação social, humanística. E eu criticava muito, eu falava que isso é só um texto bonito. Que isso tem que se materializar também no fluxo curricular. Então, nas disciplinas, nas ações. E que é oportunidade de pensar uma forma.

MG: Duas questões que a gente gostaria de te escutar. Uma, sobre como é que tu acompanhaste, tu estava no MEC, na CAPES e tal, como é que tu acompanhou esse debate que é imenso da curricularização da extensão? A outra é por tua longa experiência na extensão e política, e estares recentemente na coordenação do fórum, como é que tu vês essa articulação política nacional de pró-reitores de extensão? Como tu vês esse futuro político, que parece, pelo menos pela visão da Elisete Schwade, ter um super futuro de ativismo, de organização?

HS: Só finalizando, é que a perspectiva de uma nova formação para todas as áreas do conhecimento passa pelo reconhecimento de que os saberes estão no lugar. E aí as engenharias não podem ficar distantes. Óbvio que quando se conversar com os engenheiros, eles vão pensar que a relação social é empreendedorismo, também é. E prestação de serviços - também é. Mas não pode ser somente isso. E esse é um desafio que tem que vencer para que pense que não existe a área exata. Que toda área é humana. Porque elas estão feitas por pessoas. E se elas estão feitas por pessoas, não faz sentido a gente falar de exatas, humanas porque todas as áreas são humanas. O Ministério da Educação, quando nós estávamos lá fazendo essas discussões, pensando a extensão, há uma resistência muito grande, porque, novamente, ao longo das três décadas, que se discute a extensão aqui no Brasil, nós tivemos alguns agentes que defendiam uma extensão muito voltada só para os movimentos sociais. E aí tem a resistência de uma elite que pensa que a universidade não tem que se voltar para os movimentos sociais. E a nossa universidade sempre foi uma universidade muito elitizada, muito, muito de castas, né? E vencer isso é algo muito recente para nós. Então, quando pensava no POEXT, nos programas de extensão, que acabaram não sendo extintos, mas foram descontinuados, está fazendo um movimento agora em retorno, amanhã a gente tem reunião com o Padilha, com o ministro Padilha vai discutir o projeto interministerial. E é uma discussão extremamente necessária, fazer um movimento político que é um movimento de convencimento. O presidente Lula, toda vez que ele vai a público, ele tem falado na universidade e a fala dele tem sido nisso: “precisamos de uma universidade que se comprometa com o desenvolvimento social, precisamos de um conhecimento científico que se volte para o melhoramento das condições de vida”. Então, é um discurso que está muito localizado no campo progressista. E que bom que está localizado no campo progressista, porque ele valoriza outros modos de operação de produção de conhecimento. Mas existem resistências. Resistências de grupos, resistências de áreas, que acham que a extensão é de menor importância, de menor valor, ainda que reconheçam e quem paga o salário de todo mundo e quem paga a nossa pesquisa é a população que, por vezes, não se beneficia diretamente dessa pesquisa, desse conhecimento ou dessa ciência. Então, há resistências. O fórum, ele

é um fórum político acima de tudo. Que tem se debruçado sobre essas questões na defesa de uma universidade aberta, de uma universidade plural, de uma universidade democrática, mais participativa, mas nem sempre essa é a universidade que alguns grupos querem. Alguns grupos, os nossos departamentos, ainda veem com estranheza pessoas que passam ou entram na universidade, que não carregam um estereótipo do que é um professor universitário, o aluno e tudo mais. E veem com estranheza o pobre, a pessoa em situação de rua, alguém que que participe de algum grupo cultural, social, e que entre dentro da universidade com outra roupagem. É isso que a gente ainda vive nas nossas universidades. Porque é isso que a gente ainda vive no Brasil. Sermos diferentes não é algo que muitas pessoas gostam de enxergar. As pessoas ainda querem enxergar padrões. E romper isso é bem denso.

MG: A gente até quase vai acabar a nossa entrevista aqui. Porque eu acho que essa tua frase, se tu autorizar, inclusive, eu acho que vai ser a chamada. Para tua entrevista, porque eu acho que é muito boa essa tua frase. Qual nós compartilhamos totalmente. Acho que tu formula ela de forma muito lúcida, sobre o longo trabalho que a gente tem ainda pela frente nas universidades. Tu poderia retomar agora, então, um pouco o que eu te perguntei sobre como é que tu vê essa articulação política dos pró-reitores de extensão, do fórum, ser só isso, se nem outro, quer dizer... como é que tu vê qual o papel dessa articulação nessa mudança aí? Se ela é de baixo para cima, se ela é de cima para baixo? Como é que tu está vendo esse momento ali do ponto de vista político, já que tu esteve nesse lugar super privilegiado de produzir essa política?

HS: Nós vivemos, há pouco tempo, uma situação muito delicada, no governo Bolsonaro, em que falar sobre algumas questões é muito perigoso. Eu sempre orientava o fórum que é bom que o Bolsonaro, o governo dele, não entendesse qual o perigo da extensão. Porque a extensão é perigosa para um projeto de poder absolutista, que flertava com uma ditadura como aquele governo. Porque ela abre a universidade, ela traz as pessoas para questionar, ela traz as pessoas para um outro lugar. Então, hoje, nesse espaço, ainda que seja um governo de coalizão, é um espaço mais favorável para a gente debater, para a gente discutir.

E a gente vem construindo isso, historicamente, ao longo das últimas décadas, nessa defesa de uma outra universidade. Uma universidade possível, mas que seja construída a partir das bases. Não é de cima para baixo. E quem tem reclamado uma universidade mais aberta, são as próprias bases. A sociedade tem reclamado uma universidade mais aberta. Nós estamos reclamando uma universidade mais aberta. Nós queremos uma universidade mais humana, uma sociedade mais humana, mais capaz de se preocupar com as suas questões, com os seus próprios dilemas. Uma formação que seja capaz de gerar aquilo que eu chamo de além da

compreensão da realidade, sensibilidade social, nossa empatia social, nós precisamos formar consciência de classe. Não importa se a Miriam é branca, mas quais os privilégios que a Miriam teve como mulher branca que eu não tive? Ou quais os privilégios que eu tenho como homem que Miriam não teve? Então, a gente tem que formar uma consciência de classe para que as pessoas comecem a pensar numa sociedade que possa ser alterada a partir da constituição profissional dos agentes que saem da nossa universidade. Isso é muito difícil, mas esse talvez seja nosso desafio.

Mas quem tem reclamado disso é a própria base. Toda essa movimentação política que acontece, ela acontece na base. Ela acontece quando a gente vai para o CONAI, ela acontece quando a gente vai para os foros, quando a gente vai para o movimento de controle social, os conselhos, para as organizações. Porque essas organizações reclamam que a escola, a escolarização, o conhecimento acadêmico precisa também chegar nela de alguma forma. Que se não vai pegar pelo número de vagas oferecidas na educação superior, e não é sobre isso, mas ela vai chegar com relação ao modo que esse conhecimento científico produzido também alcança as diferentes classes, formando essas pessoas e possibilitando que essas pessoas penetrem no âmbito, no seio da própria universidade. Então, sempre é um movimento de base, porque a extensão tem um apelo social muito grande de grupos vulneráveis, sobretudo. Mas também tem aquela extensão, dito pela Elisete, a extensão da prestação de serviços, extensão da remuneração. Tem aqueles que se aproveitam dessa extensão na captação de recursos, e isso a gente tem no fórum discutido muito, como o risco da extensão. Porque existe o perigo da extensão como sendo uma abertura para oportunidades de autofinanciamento da própria universidade. E esse é um risco. pensa em custos pagos... eu não sou contrário a isso. Eu sou contrário é só isso. É só essa extensão. É a única forma de extensão. E algumas áreas do conhecimento só enxergam essa extensão. Que é a extensão paga, extensão que não socializa o conhecimento, mas que cobra o conhecimento para que ele seja socializado.

ES: Muito bem.

MG: Bom, eu acho que eu me sinto muito satisfeita e muito assim né alimentada com suas reflexões e o quanto elas dizem respeito também a nossa experiência aí de muitas décadas na inserção não sei se a Elisete... tu tens alguma pergunta do nosso roteiro que tu gostaria de complementar?

E: Acho que em todas as perguntas de alguma maneira foram contempladas as nossas inquietações e questões.

Miriam Grossi

miriam.grossi@gmail.com

Professora Titular do Departamento de Antropologia, da Universidade Federal de Santa Catarina. Doutora em Anthropologie Sociale et Culturelle - Universite de Paris V (1988). Bolsista de Produtividade em Pesquisa 1A do CNPq.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4399-6544>

Elisete Schwade

eliseteschwade@gmail.com

Professora Titular do Departamento de Antropologia, da Universidade Federal do rio Grande do Norte. Doutora em Ciência Social (Antropologia) pela Universidade de São Paulo.

OECID: <https://orcid.org/0000-0002-3488-1171>